



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**RECLAMAÇÃO Nº 42049 - MG (2021/0218472-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MANOEL ERHARDT (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF-5ª REGIÃO)**  
**RECLAMANTE** : VARINIA MARILIA GOMES FERNANDES VASCO  
**ADVOGADOS** : ANDRE GUIMARÃES CANTARINO - MG116021  
LUCAS DE CASTRO BREGUNCI - MG126040  
FREDERICO GOMES DARES - MG119889  
**RECLAMADO** : TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**INTERES.** : ESTADO DE MINAS GERAIS

### **DECISÃO**

Cuida-se de reclamação ajuizada por VARINIA MARILIA GOMES FERNANDES VASCO, com pedido de liminar, contra acórdão de TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS em que se alega divergência de entendimento com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Defiro o pedido de gratuidade da justiça.

O art. 1º da Resolução STJ/GP n. 3 de 7 de abril de 2016 dispõe que é da competência dos tribunais de justiça estaduais o processamento e julgamento das reclamações “destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por Turma Recursal Estadual e do Distrito Federal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consolidada em incidente de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas, em julgamento de recurso especial repetitivo e em enunciados das Súmulas do STJ, bem como para garantir a observância de precedentes”.

Ante o exposto, considerando que a reclamação foi ajuizada após a vigência da citada resolução, remetam-se os autos ao TJMG .

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

**MINISTRO HUMBERTO MARTINS**

Presidente